

Pedagogia da Catástrofe

[Catastrophe Pedagogy]

Carolina de Roig Catini*

Resumo: O artigo tem por objetivo colocar em discussão as relações entre trabalho, educação e política, analisando como relações materiais do cotidiano se projetam enquanto formas de viver o tempo presente e as expectativas em relação ao futuro. Partido das “expectativas seletivas”, diante da possibilidade de descarte num mercado de trabalho eliminatório, investiga-se as práticas voltadas para o empreendedorismo e seletividade tanto no âmbito do trabalho quanto no da educação formal e não-formal, salientando os vínculos entre rentabilidade e punição, no cruzamento entre políticas sociais privatizadas e militarização.

Palavras-chave: Educação. Empreendedorismo. Seleção. Expectativas.

Abstract: The article aims to discuss the relationships between work, education and politics, analyzing how everyday material relationships are projected as ways of living the present time and expectations regarding the future. Based on “selective expectations”, given the possibility of discarding in an eliminatory labor market, practices aimed at entrepreneurship and selectivity are investigated both in the context of work and in formal and non-formal education, highlighting the links between profitability and punishment, at the crossroads between privatized social policies and militarization.

Keywords: Education. Entrepreneurship. Selection. Expectations.

*Professora do Departamento de Ciências Sociais da Educação (DECISE) da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE-UNICAMP). Doutora em Estado, Educação e Sociedade pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ccatini@unicamp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5568-9974>.

Que as coisas continuem como estão, eis a catástrofe

W. Benjamin

1. Antecâmara: a celebração da sentença

Em outubro de 2020, em pleno primeiro ano pandêmico, estampava nas telas uma notícia emblemática: um grupo de jovens funcionários e funcionárias de uma empresa de estética tatuou no corpo a meta dos patrões. #300 foi impresso por agulhas e tintas nos pulsos, antebraços e calcanhares dos corpos que celebravam o projeto de expansão de lucros da empresa, que previa aumentar de 100 para 300 o número de lojas da franquia. Um dos jovens festeja a “cultura positiva da empresa”, depois de passar por muitas privações nos dois anos anteriores de desemprego. Em reação, o CEO anuncia que a empresa tem cultura de vitória, “onde o fracassado não tem espaço”. Esclarece que as tatuagens não suprimem a chance de demissões, na mesma oração que demonstra profunda satisfação pelo gesto de “amor à marca” de seus funcionários e funcionárias. Já o tatuador teria dito que nunca havia visto algo parecido, que as pessoas portavam um termo de responsabilidade e que não podia dizer quem pagou a conta pelo seu serviço (cf. CASEMIRO, 2020).

Na *Colônia Penal*, de Kafka, a tatura-

gem é a própria punição. Onde havia insubmissão e resistência ao trabalho e aos patrões, havia condenação. Sem julgamento, a sentença era inscrita por agulhas que perfuram cada vez mais profundamente os corpos de prisioneiros, numa tortura prolongada por horas contadas no relógio, até o fim. “Honre seus superiores!” foi a sentença para o trabalhador considerado culpado porque respondeu com rebeldia a um superior que o chicoteou no rosto, ao encontrá-lo dormindo em seu posto de trabalho de vigia. “Largue seu chicote, ou te devoro”, revidou ao capataz. Na prisão, o ritual de sacrifício seria realizado por uma máquina, operada por um oficial que queria demonstrar a superioridade de um sistema automático, que prescindia da reflexão para o processo de tomada de decisões e deixa de lado a morosidade e a falta de eficácia do pensamento na definição de quem deve ser punido e executado. Não obstante, como a colônia se situa na periferia do sistema, faltam condições objetivas para o pleno desenvolvimento das forças produtivas, de modo que o engajamento na execução dos serviços exige verdadeiros suplícios. A engenhoca não funciona bem, com suas peças antigas e mal azeitadas e, por isso, o próprio oficial da colônia penal oferece seu corpo

à engrenagem e se submete à operação, inaceitável o fracasso da máquina. Diante de um condenado e de um soldado, mas também de um observador da metrópole, o oficial deixa a maquinaria executar sua performance enquanto é devorado por seu meio de trabalho.

2. Expectativas seletivas

Nos campos onde se dizia que “o trabalho liberta”, o número tatuado nos antebraços dos prisioneiros escravizados não apenas substituía seus nomes, mas também era a senha para obter pão e sopa, conta Primo Levi (1988). Um dos elementos da organização da vida e que simbolizava a destituição da história de cada um e cada uma, também portava a possibilidade de sobrevivência, caso houvesse a sorte de não eliminação pelas seleções.

Os campos de concentração são “a expressão mais acabada do totalitarismo e buscam não tanto explorar o trabalho de uma população cativa quanto fornecer a mais vívida demonstração de sua dispensabilidade”, diz Christopher Lasch (LASH, 1986, p. 95). É preciso reconhecer, no entanto, a radicalidade do fato de que “a mobilidade de nosso mundo obedece a desejo semelhante: o ‘enxugamento’” (VIANA, 2012, p. 64), uma vez que as demonstrações de nossa descartabilidade nos são também ofe-

recidas cotidianamente pelos campos de trabalho não forçados, embora florescidas com muita autoajuda, lições de resiliência e empatia com os vencedores. Trata-se de uma espécie de gestão do “trabalho pela alegria”, de que fala Chapoutot (2020) e que também nos é familiar “numa época em que ‘compromisso’, ‘motivação’ e ‘envolvimento’ são pressupostos do “prazer” de trabalhar e da ‘benevolência da estrutura’” (CHAPOUTOT, 2020, p. 13¹).

Retomando a tese de Giorgio Agamben, que enxergou o campo de concentração como lugar paradigmático para o exame de nossa organização social contemporânea mediante análise da permanência de elementos fundamentais daquela forma de vida extrema em nosso tempo, Chapoutot analisa processos de modernização da gestão do trabalho por parte do Estado nazista, que ocorriam em paralelo, do lado de fora dos campos. Em tais anos de dominação, ocorreu uma “proliferação de órgãos, instituições, agências *ad hoc*, de modo que as decisões e ações de administração se tornassem indecifráveis” (CHAPOUTOT, 2020, p. 27). A “polícracia” se revestia do espírito concorrencial no qual “a vida é uma luta, o mundo é o lugar da guerra entre as raças, entre serviços, gestão central e agências” (CHAPOUTOT, 2020, p. 31). Frente a essa configuração distanciada de uma organização rígida e burocrá-

¹Todas as citações de textos em língua estrangeira são nossa tradução.

tica e, neste sentido, na mesma toada da descrição do caráter “semovente” do poder totalitário do estado alemão que faz Hannah Arendt (1999), o autor pesquisou a gênese de uma forma de gerenciar o trabalho para sua “mobilização total”.

Em seu estudo da trajetória de jovens profissionais bem formados com suas ideias “inovadoras”, que passam a associar-se a juristas e altos funcionários estatais e empresariais, Chapoutot viu emergir um sistema de gestão que nasceu no nazismo, mas que floresceu no pós-Segunda Guerra; movimento induzido, inclusive, pela difusão de cursos e de manuais de gestão empresarial formulados por tais figuras. “Paradoxalmente”, diz o autor, “eles desenvolveram uma concepção de trabalho não autoritário, onde o empregado e trabalhador consentia com seu destino e aprovava sua atividade, em um espaço de liberdade e autonomia, numa forma de trabalho ‘pela alegria’” (CHAPOUTOT, 2020, p. 14).

Os princípios dessa forma de organização se desenrolavam na prática pelos mecanismos de inculcar nos trabalhadores e trabalhadoras a assunção performática de sua adesão ao sistema, orientada pela noção de que “o importante é agir”, agir sempre e sem entraves objetivos ou subjetivos. Sintetizada pela fórmula “livres para obedecer, obrigados a obter sucesso²”, a gestão combinava a

flexibilidade dos processos e contratos de trabalho com a rigorosidade dos objetivos estipulados, por meio dos quais se mensurava o desempenho pela desenvoltura nas “missões”, no bojo de uma gestão organizada por metas. “Assegurada a autonomia dos meios, sem poder participar da definição e estabelecimento das metas”, a culpa recaía sobre quem se responsabilizava por atingi-las, “em caso de falha na missão” (CHAPOUTOT, 2020, p. 14).

Em nosso caso, não seria exato dizer que a responsabilização individual pelo fracasso da produtividade no trabalho se orienta pela mesma racionalidade subjacente ao movimento feito por trabalhadores e trabalhadoras que estabelecem como seus os objetivos dos patrões. Na cena inicial não há delimitação da meta por objetivos parciais, mas a demonstração de que se assume como objetivo primordial de cada indivíduo o movimento de autovalorização do próprio capital, por parte de quem é destituído de capitais. Como a performance é a própria ação, cabe questionar se a expressão “empresários de si” não seria limitada para descrever tal processo de interiorização do movimento do capital como necessidade individual. Parece tratar-se da subjetivação do próprio capital, na qual cada indivíduo atua segundo o automatismo de seu movimento constante, na busca incessante para reproduzir-se a si mesmo.

²“*Libres d’obeir, obliger de reussir*”, no original.

Com a diminuição de práticas coletivas de negação e enfrentamento ao trabalho que marcam nosso tempo, os portadores da força viva de trabalho tendem a se identificar totalmente com seu oposto, e simulam personificar seu próprio antagonista, o capital.

De qualquer forma, a incorporação dos desígnios de expansão da capacidade de exploração do empresário não teria efeito sem dar forma a tal interiorização pela performance, pela demonstração inovadora e emocionante de adesão às metas empresariais. O ferrete marca o couro para deixar à vista quem é o proprietário do gado, enquanto a tatuagem marca os corpos desejosos de manter, por mais tempo quanto seja possível, o direito de quem comprou a força de trabalho usufruir dela, como sua propriedade. No entanto, ela não garante nada. O que se teatraliza na performance, portanto, não é o desempenho no cumprimento das metas, mas o desempenho na própria punição previsível, pelo descarte. Assim, antecipa-se a possibilidade de baixar sobre si o decreto de inutilidade de sua força de trabalho, com demonstrações de empenho e engajamento. Ou ainda, deixa em evidência a disposição para se redimir da possível inadequação às demandas constantes de inovação, numa antecipação do desastre. Mas não há redenção possível em tal sistema.

Na *Colônia Penal*, de Kafka, a punição não é autoengendradora, mas também

não dá chance de reparação dos atos considerados culpáveis, assim como em nosso caso – tão real, quanto absurdo –, no qual a adoração ao capital se expressa num “culto não expiatório, mas culpabilizador”, como diz Benjamin, uma vez que se lança mão do culto “não para expiar essa culpa, mas para torná-la universal, para martelá-la na consciência e, por fim e acima de tudo, envolver o próprio Deus nessa culpa, para que ele se interesse pela expiação” (BENJAMIN, 2013, p. 22). Envolver o Deus-Capital numa possível expiação seria como reivindicar a ele ou a sua forma política, o Estado, medidas reparatórias contra a lei geral de acumulação, que implica a desnecessidade de milhares de existências empurradas ao fundo da sociedade como “elementos usados, inúteis, dos quais o capital não pode retirar mais nenhuma seiva, lixo humano que é varrido com vassoura de ferro” (LUXEMBURGO, 2006, p. 68). A lógica da eliminação que nos ronda faz de cada gesto, não uma libertação da culpa, mas um investimento contra a ameaça do descarte.

E o que os deuses oferecem são as “zonas de espera” dos aparatos punitivos e assistenciais, em seus espaços temporários de permanência em penitenciárias, campos de refugiados, campos de concentração e tantas outras formas de confinamento massivo, de que trata Paulo Arantes (2021a). Tais zonas de espera se expandem e vão além dos espaços de tempo mortos e

improdutivos, mas se espraiam também para os espaços produtivos, porque “praticamente todos os trabalhadores convertem-se em membros intermitentes/latentes pela permanente desqualificação e pela informalização” (OLIVEIRA, 2000, p. 18). Ocorre que, ao que tudo indica, essa lógica também passa a orientar a razão dos espaços de reprodução social, sobretudo dos ainda assim chamados “direitos sociais”, os quais até há pouco tempo se positivava como forma de manutenção e formação das capacidades produtivas, e que nem sempre deixam à mostra a aparência repressiva, amortizada por suas medidas compensatórias e pelos dispositivos de negação do sofrimento pela gestão das emoções.

Desenvolvem-se formas em que se espera alguma forma de seleção, mas ao contrário de uma espera sem atividade, cada vez mais se espera trabalhando, e se trabalha para o capital ou para a contenção social, como parte da produção de valor, ou como contrapartida pelos custos que quem não é produtivo ou rentável representa num sistema de custo-benefício dos investimentos sociais. A expectativa não é anulada, mas negativada, dado que o que se apresenta com maior probabilidade, em qualquer uma das esferas, é a chance da eliminação, que por si mesma já tem a força de gestão, pela mobilização constante para impedi-la.

O absurdo de pressupor a benevolência da estrutura e a ausência de crítica

ao trabalho não estavam presentes em Kafka como estão colocadas em grande medida em nosso tempo, mas ali o absurdo se representava por um sistema quase automático de exclusão e punição, perpetrado pela tecnologia, o que se apresenta hoje em sua forma mais desenvolvida pelos “panópticos algorítmicos” (cf. WOODCOCK, 2020) de gestão de trabalho por aplicativos na qual “o meio de trabalho liquida o trabalhador” (MARX, 2017, p. 504). Essa gestão algorítmica torna possível não apenas os desligamentos e cancelamentos automatizados, mas também a inclusão, pelo cadastro, numa zona espera para prestação de serviços, cujo tempo é estabelecido pela gestão automática das máquinas.

“No picadeiro kafkiano, a violência perpetrada está no condicional: *o que aconteceria se...*”, de acordo com Silvia Viana, enquanto no “laboratório de crueldade” atuante na indústria cultural, mas também na própria forma de organização do trabalho atual, “possibilita, a um só tempo sua manutenção e presentificação: *o que acontece se...*” (VIANA, 2012, p. 40). Assim, e para caminhar pensando junto com Silvia Viana o “espetáculo da realidade efetua uma síntese pavorosa”, que exige tornar inteligível a “colaboração ativa nesses rituais de sofrimento” (VIANA, 2012, p. 40).

O que parece acontecer é uma espécie de mistura entre um “empenho extremo do adorador” no bojo dessa “ce-

lebração sem trégua nem piedade” do capitalismo como religião, de que fala Benjamin (BENJAMIN, 2012, p. 21-22), com o “sobrevivencialismo”, de Lash, que se manifesta por um “mínimo eu” de um indivíduo esfacelado pelas exigências do meio, que em sua aparência de autonomia apenas absorve as demandas colocadas externamente, adotando comportamentos empreendedores, esperados e cultivados pelas formas hegemônicas de relações sociais, dentre as quais as relações educativas (cf. LASH, 1986).

As expectativas seletivas se organizam pelas afinidades eletivas e simultaneidade entre os processos de modernização do trabalho e aparatos punitivos, tenham eles ou não a aparência imediata de zonas de espera para o cumprimento de penalidades.

3. Aulas de seleção na escola-paredão³

Em julho de 2021, houve uma exposição do Movimento Inova, que, apesar do nome, é uma organização liderada pelo Instituto Ayrton Senna para conduzir o trabalho de empresas, institutos sociais empresariais e conselhos estaduais na execução da reforma do ensino médio paulista. Por meio do Centro de

Mídias de São Paulo, a plataforma digital criada para a educação emergencial remota da pandemia – e também composta por um outro conglomerado empresarial, veiculou-se uma série de atividades formativas, dentre as quais uma aula de tecnologia⁴. Para esse processo pedagógico, que tinha como público-alvo a juventude do ensino médio, a equipe de economistas, designers, CEOs e analistas do grande conglomerado empresarial-estatal selecionou como mentores para os estudantes um ex-entregador do Ifood, Vitor Eleotério, e um ex-BBB, João Pedrosa. Este último, professor da rede estadual de Minas Gerais, ciceroneou Vitor, que se apresentou como um “foodlover”, isto é, um amante da empresa para qual vende sua força de trabalho. O conteúdo da aula consistiu num relato do processo pelo qual esse amor se teceu pelas pernas cansadas sobre pedais, pelo trabalho não pago e pelas malhas algorítmicas do engajamento nas redes sociais. No cenário do vídeo, ao fundo, está grafada a marca Ifood, ao lado dos dizeres “revolucionar o universo”.

Enquanto Vitor trabalhava duro como biker do Ifood, foi um dos escolhidos para participar de uma dinâmica de seleção para concorrer a uma vaga emprego na área de tecnologia de

³Os relatos contidos neste trecho do artigo têm como fonte entrevistas realizadas para pesquisa “O público e o privado: mudanças na forma social da educação”, sob minha coordenação, aprovada pelo comitê de ética em pesquisa da Unicamp (CAAE: 30180720.1.0000.8142). A investigação se deu em escolas de periferia da cidade de São Paulo e de Campinas e todos os nomes são fictícios, exceto os que constam em documentos públicos. A pesquisa conta ainda com análise documental de produção de Fundações e Institutos Empresariais e Secretaria de Educação do Estado de SP.

⁴Vídeo disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=bTZ__Rv4yWQ]: acessado em [12/12/2021].

outra empresa, cujo processo se desenvolveu por um desafio no qual cada candidato deveria desenvolver um aplicativo, num prazo de tempo determinado, trabalhando com seus próprios recursos. Vitor desenvolveu o melhor produto, demonstrando um aplicativo com a melhor interface e com mais funcionalidades do que haviam sido demandadas. Foi selecionado, mas não conseguiu a vaga. A empresa alegou que o candidato não cumpria os requisitos porque não detinha os meios de trabalho, tendo utilizado máquinas ultrapassadas e de terceiros. Ao postar a história nas redes sociais, Vitor viu seu destino virar, recebendo muitas mensagens de apoio, vouchers para certificações digitais, créditos de internet, bolsas de estudos em plataformas digitais, tutorias, mentorias e ofertas de empregos. No final, pôde escolher entre três grandes empresas e se tornou desenvolvedor do próprio Ifood.

O amor manifesto pela empresa – essa que, diante de uma disputa algorítmica, se engaja para vincular sua imagem à filantropia solidária frente aos desafios impostos pelo mercado de trabalho cada vez mais seletivo – também foi declarado à tecnologia e ao trabalho como desenvolvedor e programador pelo ex-entregador. Exceto pelo afeto, a palavra tecnologia não apareceu mais no relato e a “formação” se deu sem que nenhum conhecimento mobilizado no trabalho de engenharia de softwares se tornasse parte do conteúdo transmitido

à juventude da escola básica.

A aula de tecnologia transmitiu lições de superação, que envolve o mérito do trabalhador, mas sobretudo a arbitrariedade da seleção, dado que ela se deu em função das mensurações do impacto da postagem nas redes sociais, as quais não se desenrolaram sem disputa entre críticas à vitimização do candidato negro e pobre e as mensagens de apoio e ofertas de recursos e vagas de emprego. Enfim, a “opinião pública” poderia ter pendido mais para o outro lado. Mas a superação de um é compensada pelo fracasso do outro, isto é, pela presença do professor da rede e ex-BBB, cuja “aparição é ao mesmo tempo uma ausência” (VIANA, 2012, p. 46), a ausência da vitória, no caso, mas que, de fato, representa a maioria, já que os vencedores e vencedoras do programa não podem aparecer como modelo, “mas precisamente como aquilo que são: uma exceção à regra, e a regra é o paredão, o descarte, a aniquilação” (VIANA, 2012, p. 48). Repondo a lógica do mercado de trabalho e da empresa, a seleção é negativa nos *reality shows*, já que apenas uma única pessoa vence e o resto é descartado. Talvez alguns dos perdedores ganhe a chance de virar uma subcelebridade e participar de programas de baixa audiência, ou qualquer outra vaga temporária de emprego, como recompensa por ter aparecido e demonstrado aderência às regras do jogo. Assim, “o ex-BBB substitui o desenvolvimentista ‘mito Silvio

Santos” (VIANA, 2012, p. 48) e martela, nas horas vagas de entretenimento, a verdade da lógica da seleção na qual poucos e poucas vencerão a competição, próprias do neoliberalismo concorrencial.

A aula também fornece uma imagem emblemática das linhas gerais de como tem se desenvolvido o ensino voltado à formação de trabalhadores e trabalhadoras, seja pela presença da “empresa educadora”, pela centralidade que ganha o ensino de “condutas” e de “gestão das emoções”, ou ainda pela educação executada por profissionais que detêm o que se chama de “notório saber”, mas não necessariamente tem formação docente, e que estão substituindo aulas por “mentorias” e outras formas que tornam obsoleto o trabalho docente com formação profissional, o que se dá em conjunto com a intensificação da introdução de tecnologia no processo de trabalho. Não se poderia deixar de mencionar que o caso é exemplar, ainda, por envolver uma grande quantidade de gestores da educação, organizados em diversas instâncias estatais-empresariais de poder e hierarquia que concorrem entre si e intermediam a relação entre Estado e usuários dos serviços, disputando recursos, investimentos e públicos-alvo.

Pedagogicamente, essa forma de educar a juventude adentra as escolas, so-

bretudo pela implementação dos eixos estruturantes da reforma do ensino médio – a saber: introdução de tecnologia, de competências socioemocionais, de “projetos de vida” e empreendedorismo como componentes curriculares, e flexibilização dos itinerários formativos de acordo com as “personalidades”. Depois de ser largamente testada nos laboratórios de experimentação desenvolvidas no período anterior, nas práticas socioeducativas, em espécies de “zonas francas de educação” nas fronteiras que são as periferias das grandes cidades, por meio de inúmeros “programas de modificação comportamental”⁵, essa tecnologia social de governança é, literalmente, aplicada à formação da juventude na escola. Em nome da formação de “protagonistas” ou “lideranças” juvenis, substituiu-se a formação para a “cidadania” pela formação empreendedora, deslocando a quimera da produção de igualdade por meio da participação política, para a ideologia da igualdade de capacidade produtiva pelo trabalho sem direitos, naturalizando o caráter seletivo e eliminatório do mercado de acionistas que não investe em quem não se engaja de maneira “inovadora” e “criativa” na própria exploração. Elas se desenvolveram no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1990, no bojo da reforma gerencial do Estado e transferência da gestão e execução dos direitos

⁵Paulo Arantes faz uso das expressões citando Jean-François Bayart, *Le gouvernement du monde. Une critique politique de la globalisation*, Paris: Fayard, 2004.

“dos excluídos” e em “situação de vulnerabilidade social” para organizações sociais privadas.

Voltemos, então, a cenas dos capítulos anteriores dessa história. Quase uma década antes do Ifood entrar na escola, em 2012, Felipe cursava o segundo ano do ensino médio numa escola da periferia de Campinas (SP) e decidiu se inscrever nas oficinas oferecidas pela Fundação Educar, ligada a uma indústria de peças automotivas, a Dpaschoal, que realiza trabalhos sociais educativos desde o início dos anos 1990. Era o terceiro ano que tinha acesso à divulgação da proposta de educação não formal desenvolvida em parceria com a escola, no contraturno. Como havia muitos mais estudantes inscritos do que vagas para as oficinas, foi realizada uma seleção para escolher 5 participantes de cada escola, para compor um grupo de uma centena de jovens. A seleção consistiu em uma dinâmica:

Eles separavam a gente em grupos e davam um texto pra gente. Esse texto era como se fosse um apocalipse, um fim do mundo, e tinha algumas pessoas que o texto apresentava e você tinha que escolher quais pessoas seriam mais corretas de serem salvas. Era esse tipo de dinâmica que havia em quase todo encontro. Então aí você apresentava o consenso do grupo e tal e, com isso, eles se-

leccionavam as pessoas para participarem (Felipe, jovem entrevistado em 2020).

A escolha dos participantes em nada se referia ao conteúdo da proposta, ao debate de quem salvar dentre “um usuário de drogas, um traficante, um assaltante, uma mulher que se prostituía, uma criança portadora de deficiência ou um idoso”. Ao jovem familiarizado há muitos anos com tais dinâmicas, era bastante evidente que o desafio não se encontrava na responsabilidade da escolha de um dos “personagens”, e que o conteúdo da resposta era absolutamente irrelevante: “independentemente de quem você salvasse”, em suas palavras, “o foco era a atuação que você tinha ali, com o seu grupo no momento, de liderança, de comunicação, e esse tipo de coisa. Aí eles nos selecionavam através desse comportamento”. Para quem logrou ser selecionado pela atividade que tematizava a redenção ao apocalipse como Felipe, passou a frequentar o processo formativo da fundação duas vezes por semana, durante um ano, realizando atividades que ele descreve como uma sequência de dinâmicas semelhantes às de seleções de emprego, até chegar ao jogo mais integrativo no qual todos se envolvem para arrecadar recursos materiais com empresas privadas e reformar o ambiente degradado de alguma escola pública ou espaço coletivo do bairro. A cada dia de atividade, os jovens eram avaliados

de acordo com suas performances, segundo suas “competências” e “habilidades” tais quais apareciam dentro de situações-limite criadas para as oficinas.

No primeiro ano, como educando, Felipe recebeu um pequeno auxílio financeiro da Fundação Educar e como contrapartida precisava replicar as oficinas da educação não formal na escola, mantendo-se engajado no período do turno e do contraturno. Como ele se interessou por manter-se ligado aos trabalhos da fundação depois disso, candidatou-se para supervisionar as oficinas de outra centena de estudantes no ano seguinte. Depois de mais uma seleção, ele se tornou monitor, trabalhando para o programa por um ano, em troca de um curso de linguas pago pela Fundação. Depois dessa experiência e de formado no ensino médio foi selecionado a atuar temporariamente como jovem aprendiz numa loja de autopeças da fábrica da mesma empresa, trabalhando oito horas por dia em troca de meio salário mínimo, durante mais um ano. De acordo com outra estudante, que fez as oficinas em 2015, alguns poucos estudantes são selecionados estudar com bolsas no exterior, dar palestras, criar iniciativas empreendedoras, trabalhar em outros projetos, ou em vagas na própria empresa, mas a maioria não é selecionada para nada.

Uma professora da mesma escola, crítica ao projeto de formação empresarial, considerava que a fundação fazia

“desses meninos, mão de obra”, criando novas hierarquias e despolitizando as formas de participação juvenil:

Os mais “protagonistas” são levados para dar as palestras, são levados pra trabalhar, pra dar as aulas para os outros, né? Então criam-se espécies de pirâmides de hierarquia entre eles, um pouco estagnadas nos perfis que criaram na fundação [...]. E posturas políticas, eu vi galera extremamente politizada, crítica, que, de repente, se apagaram, sabe? A sensação que eu tenho é que se mistura o projeto de se dar bem na vida individual, com a busca de emprego que a própria fundação pode oferecer. Eles transferem a energia que colocavam na escola para a fundação empresarial (Rosa, professora da rede estadual de SP na cidade de Campinas, entrevistada em 2020).

No momento da entrevista, oito anos depois do começo de seu envolvimento com a empresa e sua fundação social, Felipe continuava engajado como voluntário dos trabalhos sociais da empresa, ao mesmo tempo em que cursava uma faculdade particular e trabalhava. Ele identifica sua participação em projetos voltados para jovens de escolas públicas como um ativismo den-

tro do que ele considera um “super movimento social”, uma vez que a empresa desenvolve um trabalho “super social”, atuando nas escolas e nos bairros periféricos a partir do agenciamento de empreendedorismo social para resolução de necessidades impostas pelas condições econômicas.

As palavras-chave que rondavam o processo formativo eram protagonismo juvenil e empreendedorismo, além da empatia e da “resiliência”, que, segundo Felipe, “é muito usada nas oficinas no sentido bem literal mesmo, de você ser impactado com algo e saber contornar a situação, saber voltar ao seu estado natural. Então, as lições são provocações” para “sair da zona de conforto”, voltadas para o imperativo de inovar, o que no caso, reduzia-se a “escrever um projeto e ver se alguém compra a ideia”.

Além da parceria com a empresa, sua escola também tinha parceria com a Polícia Militar, que desenvolvia trabalhos sociais de formação da juventude no horário escolar, das quais Felipe participou. Outra professora que coordena as parcerias e adere ao projeto, conta que se formou, em meados dos anos 1990, na mesma escola em que hoje trabalha, e também foi formada pela Fundação Educar Dpaschoal e pela Polícia Militar. Essa professora considera positivo o fato de policiais militares darem aulas dentro das escolas públicas fardados e armados, para quebrar tabus e criar “proximidade” com os meninos da periferia. Ela comenta que as principais

mudanças que ocorreram de lá para cá é que a PM passou a fazer mais projetos para ensino fundamental do que para o ensino médio, e a Fundação, que antes desenvolvia um trabalho voltado para as mudanças sociais territoriais, hoje se volta mais para o empreendedorismo produtivo. Depois das ocupações de escolas, em 2015 e 2016, a PM adotou a Teoria de Aprendizagem Socioemocional para ensinar habilidades básicas e fundamentais como autoconhecimento e autogerenciamento, seguindo as mesmas subteorias de gestão empresarial que o trabalho social das fundações e institutos sociais. Este grupo, por sua vez, munido de táticas largamente testadas nos campos periféricos, passou a defender a transformação das lideranças de ocupações em “lideranças empreendedoras”.

4. O alvo da educação: rentabilidade e punição

Cause empatia no inimigo.

Roberto McNamara

Os projetos socioeducativos, com tal configuração, são parte das políticas focalizadas, elaboradas no Banco Mundial por McNamara nos anos 1970 e desenvolvidas no bojo das medidas para o combate à pobreza nas décadas posteriores. “Quando os privilegiados são poucos e os desesperadamente pobres são muitos, e quando a brecha entre

ambos os grupos se aprofunda em vez de diminuir”, diz McNamara, “é apenas uma questão de tempo até que seja preciso escolher entre os custos políticos de uma reforma e os riscos políticos de uma rebelião” (1972). Na América Latina, essas políticas ganharam força durante os “governos progressistas”, nos anos 2000, pautadas pela necessidade de aumentar a renda e capacidade de consumo dos mais pobres como medida para conter conflitos sociais.

Entre idas e vindas nas metodologias e graus de investimentos, com o passar dos anos o Banco Mundial amplia sua atuação no sentido induzir as políticas sociais, direta ou indiretamente, por empréstimos e contrapartidas ou pela constituição de modelos baseados na recondução dos investimentos estatais não mais em políticas universais, mas naquelas voltadas a “públicos-alvo”, e cujas principais medidas envolvem a redistribuição de renda para ampliar a “capacidade produtiva” dessa parcela da população (cf. PEREIRA, 2010). O financiamento de pesquisa e para formação de técnicos desenhava a produ-

ção de uma “ciência da gestão política da pobreza”, que ficou conhecida como “pobretologia”, com a qual se logrou despolitizar a pobreza “convertendo-a num problema técnico, relacionado com a aplicação eficiente e eficaz de soluções” (ZIBECHI, 2010, p. 50). Assim, se desenharam modos de “inclusão” pelo crédito, fundamentados na ideia de que a gestão da pobreza se daria pela transferência de renda voltada para o aumento da “produtividade dos pobres”, que “tinha como premissa a ideia de que vivia em tais condições apenas quem não estivesse inserido em atividades consideradas produtivas e rentáveis” (PEREIRA, 2010, p. 47). Já nos anos 1990, as recomendações de ajustes estruturais para países periféricos, sobretudo da América Latina, se voltam para a criação de fundos sociais multissetoriais que deveriam ser geridos por organizações sociais privadas⁶, depois de disputarem pelos recursos de tais fundos, no bojo das estratégias neoliberais para envolver a “sociedade civil” ativamente na gestão das populações⁷, ampliando a capilaridade

⁶“Por isso, orientam-se pela focalização dos recursos em grupos-alvo, selecionados de acordo com a sua vulnerabilidade aos impactos do ajustamento estrutural. A identificação e execução de projetos e programas ficam a cargo de ONGs, grupos de base, prefeituras e até empresas privadas, ou de consórcios envolvendo todos esses atores. Em geral, as agências criadas para gerir tais fundos operam com ampla autonomia em relação à área social do governo, mesmo que estejam ligadas ou formalmente subordinadas a ministérios específicos. Utilizados como vitrines, costumam alcançar alta visibilidade pública e normalmente contam com um forte apoio político, vinculando-se diretamente a altas instâncias do Estado ou a áreas centrais do governo. Além dos recursos do orçamento nacional, em geral podem contar com fontes extraordinárias de financiamento ligadas a agências bilaterais de ajuda externa e bancos multilaterais” (PEREIRA, 2010, p. 273).

⁷“A concepção dos programas sociais deveria corresponder à demanda da população beneficiária e deveria incorporar uma participação genuína dos beneficiários. Em geral, isso significa que o serviço deve ser prestado até aquele limite para o qual há disposição de pagar. Programas envolvendo dinheiro e vales são preferíveis à prestação de serviços em espécie, a menos que estes últimos possam ser justificados em termos de melhor focalização ou de externalidades. Em alguns casos, a substituição de serviços em espécie pelo financiamento de vales pode ser uma forma efetiva de aumentar a transparência, a liberdade de escolha do consumidor, a concorrência e a eficiência interna” (BANCO MUNDIAL, 2001).

e enraizamento das práticas de inserção pelo consumo ou ampliação da rentabilidade dos pobres, que se deu pelo fomento de formas precárias de empreendedorismo.

Além da focalização como medida preventiva de conflitos sociais, com a qual se alteram a organização dos direitos sociais e as formas de investimentos sociais estatais, o Banco Mundial também influenciou transformações nas políticas macroeconômicas dos países periféricos, impondo linhas de atuação equivalentes, mas com metodologias distintas. Raul Zibechi (2010) faz um longo inventário de como se deu esse processo de “mobilização total” dos pobres para o engajamento em tais programas de transferência de renda e de como isso transformou as práticas de movimentos sociais de base territorial em países como Brasil, Argentina, Uruguay e Equador. Com a defesa de “autonomia” das organizações sociais para acessar recursos e empreender, incorporou-se práticas de economia social antes autônomas, isto é, antiestatais e antiempresariais, convertendo-as em formas de domesticação das lutas sociais por distintas formas de assalariamento, afinal, não existe melhor forma de causar empatia nos inimigos do que oferecer recursos para práticas de sobrevivência pré-existentes.

Deste modo, Zibechi (2010) apresenta as políticas sociais de combate à pobreza como táticas de eliminação do conflito pela conversão da militân-

cia em “sujeitos estatais ou empresariais”, interditando as possibilidades de confronto entre interesses antagônicos ao evitar que a desigualdade de classe se desenvolva e ganhe forma política. Assim, muitas organizações que trabalhavam com políticas sociais foram cindidas do conflito social, transformadas “em técnicas assépticas, estereilizadas de todo vínculo político-social convertendo-se em ferramentas de dominação e governabilidade” (ZIBECHI, 2010, p. 51).

Os “impactos sociais” – para usar os termos empresariais – das políticas sociais de transferência de renda foram, portanto, alcançados com sucesso na conversão das práticas de auto-organização em torno da geração de renda de movimentos sociais e coletivos em grupos precariamente assalariados que concorrem entre si por fundos estatais ou empresariais. Com efeito, a difusão do empreendedorismo como prática de buscar investimentos para realizar a prestação de serviços, ou seja, para trabalhar, se difundiu nos territórios pela prática de distribuição de renda complementar que, em conjunto com a propaganda massiva dessa forma de trabalho como um *estilo de vida* mais moderno e adequado aos novos tempos pelas mídias, logrou naturalizar a concorrência de grupos pelos investimentos, assim como a busca por exploração sem direitos trabalhistas, denominadas de “autogerenciamento”. Ainda mais porque elas se apresentam posi-

tivamente como chance de realizações dos “projetos de vida” e de “empoderamento”, tendo-se tornado prática de formação das juventudes, com as quais se engendra a reprodução contínua de tal sistema. Com foco no alvo a ser atingido, as políticas se estruturam de acordo com a necessidade de tornar governáveis parcelas da população subdivididas em agrupamentos de geração de renda, com ênfase na assistência social, mas em suas interfaces com educação, saúde, cultura e segurança⁸.

No caso dos projetos educativos, sejam ligados a programas governamentais geridos por organizações sociais ou projetos empresariais realizados por seus braços sociais (fundações e institutos), o desenho também envolve, na maioria das vezes, transferência de renda condicionada a contrapartidas relacionadas à obrigatoriedade da presença na escola, além das atividades dos próprios projetos, mas também ao empreendedorismo social. A profunda desigualdade de recursos que marca a precariedade de boa parte das atividades formativas se coaduna com o fomento

diferenciado das práticas de empreendedorismo social, com graus distintos de financiamento, muitas vezes limitadas à atuação na resolução dos problemas de infraestrutura e falta de alternativas de lazer e cultura nas periferias.

Há diversos indícios de que, além do modelo pedagógico, também essa estrutura organizada no tripé – transferência de renda, educação e trabalho sub-remunerado – será transportada para as escolas de ensino médio. Seguindo as orientações do economista chefe do Instituto Unibanco, Ricardo Henriques⁹, o governo do estado de São Paulo criou a “bolsa do povo”¹⁰ para fazer a “busca ativa” de jovens que evadiram da escola pública durante a pandemia. Voltadas para 500 mil “beneficiários” que faz parte do público-alvo em situação de vulnerabilidade e pobreza extrema que evadiu da escola, há diversas modalidades de bolsas temporárias ofertadas para jovens e também para seus familiares trabalharem na escola¹¹. Concomitante à implementação de tal proposta temporária e emergencial, o Instituto Unibanco tem produ-

⁸“As políticas focais que associam a vulnerabilidade a outros elementos que ampliam as desigualdades, como as questões relacionadas à raça, gênero, etnia e faixa etária, atendem às recomendações do Banco Mundial para o enfrentamento à pobreza e atenuação das possibilidades de “conflito aberto”, pela “canalização de suas energias”, como diz o Banco Mundial: “Os grupos que enfrentam discriminação ativa podem ser ajudados por políticas seletivas de ação afirmativa. Para reduzir a fragmentação social pode-se reunir grupos em fóruns formais e informais e canalizar suas energias para processos políticos em vez de conflito aberto” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 10).

⁹Cf. FRAGA, 2020.

¹⁰Lei nº 17.372, de 26 de maio de 2021. Grande parte das bolsas destinadas a estudantes é de 100 reais, com condicionantes relacionados à presença obrigatória e participação nas avaliações para produção de índices educacionais. O auxílio para mães e pais é de 500 reais em troca de 20 horas de trabalho semanais nas escolas públicas. Todas as informações estão disponíveis no site do governo. Disponível em [https://www.bolsadopovo.sp.gov.br/]: acessado em [12/12/2021].

¹¹Evidentemente que essa tática foi utilizada como meio de coibir a greve e movimentos docentes contrários ao retorno presencial, mas o que interessa aqui é a montagem de um novo sistema educativo, para o qual o direito passa a ser condicionado por contrapartidas.

zido muito conteúdo pautando o debate educacional, o que foi acrescido de muitos “webnários” realizados durante a pandemia. Num desses seminários virtuais¹², divulgou-se estudos, pesquisas e projetos de lei, já em tramitação, de programas que chamam de “incentivos estudantis”, de transferência de renda mensal, ou por meio de criação de poupanças e ganho de renda extra em caso de inscrição do Enem, por exemplo, que podem ser sacados ao final do ensino médio, como incentivo a práticas empreendedoras dos recém-formados no ensino médio.

Não é por acaso que o Todos Pela Educação (TPE) – uma das principais *think tanks* educativas que está conduzindo mudanças políticas e práticas da educação e é composta por diversas fundações e institutos empresariais, dentre as quais a Fundação Educar e o Instituto Unibanco –, desde seu início, declara que a centralidade do investimento na educação tem a ver com seu caráter estratégico enquanto política social, que vai muito além dos aspectos pedagógicos, ideológicos e comportamentais da formação de jovens. Ao lançar suas “bases éticas, jurídicas, pedagógicas, gerenciais, político-sociais e culturais”, o TPE anuncia que a educação é estratégica em função de sua capacidade enquanto política de redistribuição de renda, como mecanismo de

gestão, como política de contenção dos conflitos sociais:

Uma boa política social deve ter duas qualidades fundamentais: ser redistributiva (promover a capilarização de recursos e oportunidades) e autopromotora (levar à emancipação pessoal, social e produtiva de seus destinatários). Nenhuma política pública é mais redistributiva e autopromotora que a educação. Por isso, mais do que uma política setorial, a educação deve ser considerada uma política estratégica para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural de uma nação (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2006, p. 24).

Associada à transferência de renda, estaria a transformação da escola “em local de trabalho”, para suposta “motivação” dos jovens permanecerem estudando, não contraditoriamente, num espaço com cada vez menos estudos. Essa sugestão¹³ feita por outro economista, Ricardo Paes de Barros, formulador do programa Bolsa Família e que trabalha para outra *think tank* educativa, o Instituto Ayrton Senna, começa a ser colocada em prática em programas e projetos desenvolvidos por meio de parcerias de escolas com empresas, mediadas por fundações em empresariais. Verdadeiros experimentos de transformar parte do tempo de escolarização integral em tempo de trabalho da juventude estão sendo colocados em vi-

¹²Cf.: <https://www.youtube.com/watch?v=IQENYp-XoEQ&list=PLggyRMb5eNeIu1s0OaPHS3BXouVCYW5zjindex=11>]; acessado em [12/12/2021].

¹³Cf. PINHEIRO, 2018.

gor, em diversos estados do país, com modelos de investimentos estatais ou privados para o pagamento de bolsas que tem como contrapartida prestações de serviços ou o trabalho direto em empresas, algumas vezes ainda associado à condução de trabalhos pedagógicos na própria escola, como a orientação para projetos de vida de estudantes mais novos, replicando formas de ajustamento dos desejos juvenis a formas possíveis de inserção produtiva. Vários exemplos de tais experimentos estão documentados em livro da organização Itaú – Educação e Cultura, que coordena projetos e programas, em parcerias com outras ONGs pelo Brasil, expondo modelos em busca de investimentos¹⁴.

Antes mesmo de se adentrar na simultaneidade de tal processo de *modernização* empresarial da educação com os aspectos que poderiam ser tidos como sinais *retróados* do processo de militarização da educação e da vida social, já dá para ver que o punitivismo não é exclusivo dos aparatos repressivos. Um direito social que paga um auxílio para seus “beneficiários” em troca de contrapartida funciona como um investimento ou um empréstimo ligado a um sistema de endividamento, que se paga com trabalho. Um sistema de crédito como esse nem poderia ser considerado política social, de acordo com Lena Lavinas, pois a transferência de

renda funciona como “mecanismo de expropriação financeira da classe trabalhadora” (LAVINAS, 2021, s.p.).

Mas é preciso ressaltar ainda que a prática também se atrela ao confinamento territorial, com a tutela por tempo integral da juventude pobre, com formas de trabalho “voluntário”, mas compulsórios, seja pela obrigatoriedade de contrapartidas, seja pelo necessário engajamento para ampliação das chances de reprodução de tal sistema por meio das seleções, o que já configura uma forma de punição da juventude periférica (CATINI, 2020).

Não é por acaso a política social do Banco Mundial foi deixada nas mãos de Robert McNamara, um estrategista de guerra. Ele é “mais do que apenas um nome e uma data para evocar as origens militares da abordagem econômica da pobreza e vice-versa”, nas palavras de Paulo Arantes (2021b, p. 17), pois em sua atuação se encontra o fio pelo qual se desenrola a construção de um “novo tipo de militarismo, propriamente civil” (ARANTES, 2021b, p. 19) que subverte as bases de um *welfare* e o substitui por um *workfare*, que associa punição com filantropia, política para pobreza com a maximização da “função-utilidade” dos capitais humanos colocados para trabalhar em campos de trabalho produtivos e improdutivos. Também não é fortuito que o termo *work-*

¹⁴No relatório do Itaú para formação profissional e tecnológica “emancipadora” há um inventário de tais práticas, com diversos modelos em experimentação, cf. ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO, 2020; para uma leitura crítica, cf. CATINI, 2021.

fare tenha se originado nos anos 1980 nos Estados Unidos e designe políticas sociais que exigem “empregar-se como preço a pagar para receber subsídios estatais”, o que implica uma dupla obrigação: “por um lado do Estado de colocar em empregos aquelas pessoas que estão à margem da sociedade e do mercado laboral, por outro lado, a obrigação das pessoas de aceitá-lo” (GOUGH, 2003, p. 237).

Diante do caráter predatório do mercado de trabalho, que contrata precariamente, explora e sub-remunera simplesmente porque pode fazer isso, num quadro de desemprego que nos mostra que o descarte é massivo e de fácil substituição das peças da engrenagem, dificilmente as pessoas não aceitariam trabalhar. Num contexto em que a “a geração de empregos converteu-se em uma espécie de favor do capital”, como se ele não precisasse mais de pessoas e de suas forças de trabalho, e que a “contratação aparece como ‘responsabilidade social’, um “gesto magnânimo” (VIANA, 2012, p. 52) do empresariado, até mesmo o trabalho compulsório aparece como chance e oportunidade.

O *workfare* na educação atual guarda algo das antigas *workhouses*, locais de assistência social das crianças e jovens que, confinados, eram utilizados como

mão de obra barata e disciplinados para os novos hábitos de trabalho (EN-GUITA, 1989, p. 109)¹⁵. Mas na era de emergência em que vivemos, o entrecruzamento entre civil e o militar aparece como oportunidade de vida ou morte às populações geridas por um estado ampliado: “ao nomeá-los alvos, desencadeia-se algo como uma resposta rápida e “focada” naquela chance única” (ARANTES, 2021b, p. 35). Considerando “a natureza social do alvo”, a juventude negra e periférica, “o tiro não pode ser curto”, como diz Paulo Arantes (2019, p. 17) e quem não é atingido pelo direito social antipopular cujo fim é tornar cada pessoa rentável, é atingido pelo aparato repressivo e punitivo.

A criminalização da pobreza e dos movimentos sociais pela cadeia de massacres desde o Carandiru em 1992, até a chacina de Paraisópolis em 2019, passando por Eldorado dos Carajás, Candelária, Vigário Geral, ou ainda os crimes de maio de 2006 em São Paulo e na Baixada Santista, com a incrível cifra de 493 pessoas mortas ou desaparecidas pela Polícia Militar em oito dias, e todos os crimes não espetaculares, tão miúdos quanto cotidianos, deixam claro que não se tratam de “desvios”, mas um “projeto de gerenciamento da miséria por meio da violência”, padrão

¹⁵No capítulo 8 do *Capital*, Marx apresenta a proposta de Eckart de construir um “instrumento de eficácia comprovada: trancafiar esses trabalhadores, que dependem da beneficência pública, numa palavra, os *paupers*, numa ‘casa ideal de trabalho’ (*an ideal workhouse*) [...] “12 horas de trabalho diário numa ‘workhouse ideal’, na Casa do terror de 1770! Sessenta e três anos mais tarde, em 1833, quando o Parlamento inglês reduziu, em quatro ramos da indústria, a jornada de trabalho de crianças de 13 a 18 anos para 12 horas completas de trabalho, foi como se a hora do Juízo Final tivesse soado para a indústria inglesa!” (MARX, 2017, p. 348-349).

geral de abordagem “ancorado numa série de mecanismos herdados da escravidão e aperfeiçoados durante a ditadura” (OLIVEIRA, 2018, p. 20). A ocupação das favelas do Rio de Janeiro pelas Unidades de Pacificação Policial (UPPs) em 2008 faz trabalho social armado e policiamento ostensivo num cenário de guerra, provocando “conflitos constantes” pelo controle territorial armado nos quais se estendem as “bandeiras da paz”, conforme análise de Marielle Franco (2014, p. 46).

As marcas nefastas da associação entre a modernização do Estado gerencialista com o Estado Penal realizada pelo neoliberalismo desde o início da “redemocratização” estão nos “alvos” das políticas sociais. Cabe lembrar que a profusão de programas sociais e educativos para essa população foi acompanhando do encarceramento em massa: de 1990 a 2016, o número de detentos no sistema carcerário nacional aumentou em 707%, ano em que o Brasil se tornou o terceiro país no mundo com maior número de presos. Dentre encarcerados naquele momento estava uma maioria de homens negros, mais de metade jovens, dentre os quais 80% não havia completado o ensino médio e 51%, nem o ensino fundamental (Infopen, 2016). Com efeito, o “neoliberalismo inclusivo” (cf. PEREIRA, 2016), também constituiu um “Estado Penal” por meio de um “complexo comercial carcerário-assistencial” (WACQUANT, 2003, p. 49), que leva a “juventude

para o centro das atenções criminológicas”, de acordo com Vera Malagutti Batista, coadunado com a crise do trabalho, pois o “fim das ilusões do pleno emprego keynesiano, a descartabilidade da mão de obra e a supremacia da ideologia do mercado reconfiguraram a visão da juventude como problema” (BATISTA, 2010, s/p). Segundo a Anistia Internacional, a violência da Polícia Militar brasileira bate recorde no ranking mundial. Em 2019, foi eleita “a que mais mata” no mundo, por mais um ano consecutivo. O alvo do genocídio e da violência policial é a mesma juventude pobre e periférica, “público-alvo” a quem se “focaliza” os projetos educativos, laboratórios da nova forma escolar para esse segmento populacional.

A reengenharia dos serviços sociais básicos neocorporativos – e aqui se trata das corporações empresariais e militares – se configura por uma verdadeira cadeia segmentada de públicos-alvo mais ou menos perigosos dispostos em territórios mais ou menos vulneráveis, para os quais se aplicam alguns modelos de abordagem e de agentes educativos. A tendência a uma convergência entre os projetos de militarização e privatização se reforça, por exemplo, pelo posicionamento de um ex-comandante do Estado Maior, como Etchegoyen, que junto com Freitas, defende uma “governança corporativa”, em que o mercado de serviços oferecidos pelas organizações sociais privadas apresenta; por

meio da “interface entre as empresas individualmente consideradas e o poder público”, consideram que “as entidades de autorregulação, associações privadas com finalidade não econômicas, podem ser estruturadas como uma opção viável e, sobretudo, eficiente” como modelo de gestão (cf. ETCHEGOYEN; FREITAS, 2019).

O fato é que, além dos inimigos da guerra de classe, personificados pelo empresariado, também a polícia genocida se tornou educadora da juventude, em diversos programas sociais aplicados à educação formal e não formal nas periferias, antes mesmo dos projetos de militarização da gestão das escolas. Luana Motta, por exemplo, mostra que “apesar de não estarem previstos formalmente, os *projetos* estavam presentes em todas as UPP” (MOTTA, 2021, p. 51), de modo que propostas socioeducativas de “policiais professores” não contam com desenho institucional, nem com formação específica e nem mesmo com qualquer normativa, existindo apenas em função da iniciativa de policiais que desenvolviam projetos e submetem à avaliação do comandante local. Sem falar aqui dos mais novos programas de “convivência”¹⁶ escolar, que contam com cursos de acolhimento emocional e saúde mental, mas cujo principal instrumento é uma

plataforma de denúncia e registro das “ocorrências” (agressões, danos etc.) de jovens e servidores públicos¹⁷; certamente a legitimação da polícia genocida como educadora passa por projetos de atuação já bem consolidados de atuação nas escolas. O mais emblemático é um projeto de prevenção e combate às drogas, o PROERDI, que se apresenta como formação ampla, voltada para exercício da cidadania e promoção da “empatia” como valor emocional de estudantes de ensino fundamental. Policiais militares, fardados e armados, dão aulas de cidadania durante o horário letivo das escolas básicas de ensino fundamental desde 1995.

Ao fim do ano de 2013, uma grande comemoração celebrou os índices do estado de São Paulo, que chegava a 7 milhões de estudantes formados pela PM, enquanto que, segundo dados de produtividade do trabalho da Polícia Militar, em 2018 o programa já havia formado 10 milhões de estudantes do estado de São Paulo (cf. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2018). As UPPs do Rio de Janeiro também foram celebradas em dezembro de 2013, e embora completasse já 8 anos de ocupação militar nas favelas do Rio, a razão de sua existência só se revelou nas Jornadas de Junho. “É que os tempos estavam trocados, bem como a ordem de

¹⁶Cf documentos do programa Conviva-SP, que implementa o Método de Melhoria de Convivência nas escolas estatais. Disponível em [<https://efape.educacao.sp.gov.br/convivasp/>]; acessado em [12/12/2021].

¹⁷Cf. https://efape.educacao.sp.gov.br/convivasp/wp-content/uploads/2020/06/Manual_PLACON.pdf; acessado em [12/12/2021].

chegada dos personagens em cena”, diz Paulo Arantes, (ARANTES, 2014b, p. 30), porque, como fica evidente, a “política de combate à pobreza” era também uma das táticas da estratégia da “doutrina da pacificação” que, na sua “guerra ao contrário”, de ocupação armada para paz, articulou longo arsenal de tecnologias sociais preventivas, que desarmam, antes mesmo de qualquer combate, a parte da população que não teria nada a perder, até acessar um “benefício” social que lhe garante a sobrevivência.

Como é claro, combate à pobreza e pacificação se traduzem em combate aos pobres e imposição armada da “paz”, mas também no fomento de uma espécie de *empreendedorismo por subtração*, onde “o empresário é o verdadeiro protagonista do território pacificado, só que ainda não sabia disso, pois todo aquele que se vira pra viver é empresário” (ARANTES, 2021a, p. 41). Enfim, uma política de contra-insurgência onde não havia insurgência, voltada para empreendedorismo dos pobres, operada pelo trabalho social de corporações militares e empresariais. Assim,

De UPP em UPP, a contra-insurgência sem insurgência vai assim gerando o objeto do acordo tácito entre Estados, Empresas, Terceiro Setor, Comunidade, o simulacro de uma – como se diz no jargão piedoso – sociedade civil ativa e pro-

positiva, o sonho de consumo no qual convergem as supracitadas entidades, regidas todas por uma mesma e nova racionalidade política, contra a qual ainda estamos aprendendo a lutar. Pois a pacificação assim entendida não é mais baluarte a ser tomado de assalto, e sim um processo de autoempresariamento sem fim – pouco importando o grau de ficção e padecimento do processo, bem como a predação concorrencial que ele necessariamente comporta (ARANTES, 2021a, p. 40).

Workfare e *Warfare* são formas de gestão pela mobilização total, que coloca todo mundo para trabalhar e concorrer por recursos, sob a mira das armas da guerra social, ampla e irrestritamente bem aceita por quem está em qualquer degrau superior da hierarquia de quem foi selecionado para acessar “benefícios” sociais ou suas extensões punitivas. Afinal, a regulação vem da concorrência e quem está um pouco acima se espelha em quem foi selecionado para investimentos mais seguros, sem olhar para baixo, temendo o próprio futuro.

5. Empreendedorismo da catástrofe

Num momento em que o horizonte se apresenta “aberto para cada vez mais aceleração e mobilidade, fechado para

uma sobrevivência diária e um presente estagnante”, nas palavras de Hartog, a radicalidade da atual segregação se dá entre quem consegue projetar e se engajar nalgum futuro e aquela imensa parcela para quem “o tempo do projeto não está aberto” (HARTOG, 2021, p. 15). Essa cisão, no entanto, é acompanhada de uma dimensão de nosso presente que afeta a todos e todas, por esse modo de vida permanentemente instável que gera expectativas negativas que se referem ao “futuro percebido, não mais como promessa, mas como ameaça; sob a forma de catástrofes, de um tempo de catástrofes que nós mesmos provocamos” (HARTOG, 2021, 15).

De modo semelhante, embora o autoempresariamento tenha um caráter ficcional diante da precariedade de quem continua a viver na *viração* de qualquer trabalho que gere alguma renda, ele convence por seu caráter expansivo e açambarcador, que nos engloba também a todos e todas pelo engendramento de um mundo do trabalho pautado num amplo conceito de empreendedorismo. A mudança na forma de exploração do trabalho em nosso cotidiano altera nossa relação com o tempo presente e com a projeção de futuro – matéria da política – com a qual guarda profundas e complexas relações. Assim como somos obrigados a anteciper as condições de nossa sobrevivência, criando nossos próprios empregos em meio a uma verdadeira guerra econômica, a esfera política antecipa o

horror da alarmante crise dando caldo para um “sentimento de catástrofe social”, com alguma semelhança com o que Adorno aponta diante dos êxitos da extrema direita na Alemanha (cf. ADORNO, 2020, p. 51).

Não obstante a ameaça ser proveniente do próprio capitalismo e de sua voracidade por mais-valor, o movimento fetichista que ele engendra faz com que o capital apareça como chance e oportunidade, sobretudo com a vitória neoliberal em fazer desaparecer qualquer horizonte de superação desse modo de vida, e cuja ideologia se sustenta por um presente desgarrado de qualquer relação com o passado de lutas revolucionárias e anticapitalistas. Diante do acúmulo de vitórias do capital, se aprofunda também uma lógica subjacente “tão simples como brutal: no fundo, só tem direito à existência quem ou o que é rentável” (KURZ, 2003, s/p). Para o autor, a radicalidade da eliminação se relaciona com uma transformação que se deu depois que o progresso do processo de valorização estancou e esgotou a sangria da riqueza para áreas tidas como secundárias da reprodução social, de modo que o capital pronuncia, como sentença, que os falsos custos [*faux frais*] de produção e tudo o que se afigure como peso morto para o capital seja eliminado, o que inclui pessoas e direitos sociais. Tanto “os “não-rentáveis” têm de experimentar a respectiva “desvalorização da vida absoluta ou relativa”, quanto, “silenciosa-

mente, está a colocar-se um traço sobre toda a reprodução social” (*id.*). O traço que riscaria do horizonte os direitos sociais, no entanto, estão sendo borrados pela possibilidade de tornar rentável a própria esfera da reprodução, pela mercantilização e financeirização da própria rede de serviços sociais. Sobretudo por meio de sofisticados instrumentos financeiros e da captura de recursos estatais, grandes redes empresariais fizeram de seus “investimentos sociais”, distribuídos entre favelas, escolas, postos de saúde, serviços de cultura, lazer, moradia etc., nichos de mercados altamente rentáveis.

Ao mesmo tempo, os direitos sociais de educação também se tornam formas de investimentos nos trabalhadores e trabalhadoras, numa especulação com base nas forças de trabalho que podem se tornar rentáveis. Para o público-alvo das “classes perigosas”, como vimos, o direito à educação converte-se em *zona de espera* para seleção, onde se espera trabalhando, evitando “contratempos” com estudos e preparação intelectual, se ajustando à aceleração do tempo sem reflexão, nos quais nos mantemos em atividade constante, seja ela efetivamente produtiva ou mero simulacro.

Em parte, o que nos impele a aderir às práticas empreendedoras é o futuro ameaçador, contra o qual não temos chance de sobreviver sem nos engajarmos, mas também o empenho de quem comanda os processos de trabalho alheio de difundir teórica, ideo-

lógica e praticamente seus preceitos, impondo adesão por vezes de modo oculto, mas não menos mobilizador, inclusive pela educação, cada vez mais completamente devotada ao culto capitalista. O *presentismo* de que trata Hartog (2021) se expressa na virada de expectativa em relação à educação: no século XX era comum pensar que a escola era necessária; embora seus métodos tradicionais não agradassem ao público, era plausível rifar o presente, para garantir o futuro. Hoje, quando não há como garantir um futuro, deseja-se ganhar o presente com qualquer atividade rentável que torne possível a sobrevivência, e o futuro, se houver, tende a aparecer como mera projeção do presente no tempo vin-douro.

A seleção, que sempre esteve no centro das relações educativas dos sistemas escolares, vai se deslocando da meritocracia relacionada às avaliações de conteúdos apropriados num determinado tempo, aferindo comportamentos e condutas, e se torna também um processo seletivo de quem pode ser rentável e acessar investimentos, seleção que é feita pelo Estado e pelo próprio empresariado atuante nas redes estatais. Trata-se aqui de uma “meritocracia sem mérito”, para usar expressão de Silvia Viana (2012), uma vez que se avaliam performances, como nos jogos ou dinâmicas de seleção de emprego, o que mistura demonstração de engajamento com subserviência ao sistema.

Para quem trabalha na educação, os processos de subsunção corporativa, associada aos processos de avaliação permanente indicam que, cada vez mais, nos aproximamos das orientações formuladas pelo Banco Mundial em 2014 para melhoria da educação por meio da seleção de “professores excelentes”. Por meio da avaliação permanente, que geraria evidências do perfil dos docentes, essa instituição indica como método a seleção negativa: “pesquisas sugerem que o direcionamento sistemático anual dos 5% dos professores com desempenho mais baixo para ‘dispensa’ pode gerar grandes ganhos na aprendizagem dos alunos ao longo do tempo” (BRUNS; LUQUE, 2014, p. 36). Essa cota de eliminação previamente estipulada guarda relação sombria com a lógica de funcionamento dos campos de concentração, nos quais, como constata Primo Levi, “o essencial para a administração não é que sejam eliminados justamente os mais inúteis e sim que surjam logo vagas numa porcentagem prefixada” (LEVI, 1988, p. 190). A seleção de quem trabalha na educação escolar estatal também tem ganhado “atravessadores” tão empresariais quanto ilegais, mas em pleno vigor e em conluio com o Estado. A Fundação Lemann, por exemplo, tem ganhado status de agência selecionadora, depois de demitir e selecionar novos dirigentes regionais no estado de São

Paulo, passou a selecionar professores e professoras “com notório saber” para atuar nas redes estatais de todo Brasil, com contratos temporários de dois anos, e salários pagos por estados e municípios¹⁸. De todo modo, a seleção é o que garante o movimento constante da instabilidade que nos implica ao engajamento com o sistema.

Cabe observar que o verdadeiro emaranhado de tais novas organizações atuantes na educação, dentre empresas, *think tanks*, fundações e institutos empresariais, guarda semelhanças com a “policracia” de Chapoutot (2020) ou a organização estatal “semovente” de Arendt (1999). Tais instâncias compõem um Estado amplo, cuja força emana de seu papel de garantidor e fiador dos direitos privados, mobilizados em cada esfera das disputas concorrenciais. Ainda mais porque a atuação contínua delas induz à criação de outras organizações empreendedoras, de caráter social ou mercantil, multiplicando esferas de gestão do trabalho em diferentes escalas hierárquicas não fixas e rígidas, mas que se movimentam de acordo com fluxo móvel compatível com a grandeza da captação de investimentos e de produção de evidências mensuráveis de seus impactos sociais, traduzidos em índices, números de alvos atingidos e sua capacidade de reprodução da tecnologia social empreendedora. Cabe dizer que apesar do sacrifício exigido

¹⁸Cf. aqui [<https://www.ensinabrasil.org.br/>]: acessado em [12/12/2021].

pelo trabalho, tais organizações também fomentam a “alegria” da atividade produtiva e empreendedora que exige envolvimento total, englobando posições pessoais e políticas nos requisitos de seleção de investidores e investidoras.

No bojo de um processo avançado de subsunção corporativa e financeirizada do trabalho social e da educação está se alterando radicalmente a forma e função social da escola, com uma progressiva dissociação entre a formação escolar e a formação intelectual. Neste ponto, a formação empresarial liberal é tão negacionista quanto as propostas conservadoras, uma vez que subtraem tempo de formação intelectual em favor do amoldamento de condutas e emoções para formação empreendedora. A gestão das emoções se refere à “fabricação do sujeito neoliberal” de que falam Dardot e Laval (2016), que vai se dando, cada vez mais, por um “trabalho de design psicológico”, como o denomina Vladimir Safatle, orientada pela “generalização de princípios empresariais de performance, de investimento, de rentabilidade, de posicionamento, para todos os meandros da vida” (SAFATLE, 2021, p. 30). A intervenção neoliberal se dá no nível social e psíquico, patologizando os desajustes e até mesmo a crítica. O neoliberalismo “como gestão do sofrimento psíquico” (*id.*) desvincula o sofrimento da realidade objetiva, colocando a necessidade de adaptação subjetiva para cada in-

divíduo, ampliando as dimensões da produção do conformismo. A saturação de conteúdos e práticas de educação como produção de “competências e habilidades emocionais” que invade as escolas, universidades e todo âmbito de formação de professores e professoras, acaba por circunscrever a “*difusão do anti-intelectualismo entre os intelectuais*”, que Adorno identifica como um componente relevante para o fortalecimento dos aspectos de um radicalismo da direita (ADORNO, 2020, p. 62, grifos meus). Ademais, o excesso de lições de empatia, resiliência, comunicação não violenta, autoconhecimento etc. nos desviam a atenção e o tempo para observar as mudanças radicais das relações concretas na educação.

Já o empreendedorismo despolitiza a desigualdade de classe, escamoteada pela suposta equivalência de capacidade produtiva de todos e todas. Essa “estranha guerra econômica”, desativa a luta de classes nos conduzindo a uma “luta de posições”, cuja “originalidade e eficácia estão justamente em embaralhar as cartas e impedir toda identificação clara dos antagonismos em vigor” (DARDOT et al., 2021, p. 229). Constitui-se, portanto, como meio de tornar governável uma sociedade desagregada e violenta, como método de gerenciamento voltado a interditar o conflito de classe, impedir formas de relação solidárias e nos dispor enquanto inimigos, instrumentalizando o outro, que apenas é considerado “como ponto

de comparação e de diferenciação, no qual é apenas o padrão de medida, à semelhança dos mecanismos em ação na competição esportiva (EHRENBERG, 2010, p. 74), num “radicalismo da subjetividade” exigida pela performance empreendedora cuja ação está fundamentada na concorrência como relação primordial.

Há muitos elementos que concorrem, portanto, para um “efeito de adesão”, aos mecanismos de dominação capitalista, sobretudo quando a propaganda se volta para mostrar experiências exitosas, que “atraem as pessoas por meio do fingimento de que são, portanto, os garantidores de futuro” (ADORNO, 2020, p. 53). De todo modo, a situação obriga “os indivíduos a se adaptarem a um ambiente instável no qual um deve prevalecer sobre o outro e se submeter, assim, a uma espécie de devir guerreiro” (DARDOT et al., 2021, p. 236). Com isso, a subjetivação do capital só pode ser a internalização de seu caráter destrutivo: “depois de mim, o dilúvio” (MARX, 2017, p. 342) deixa de ser lema exclusivo dos capitalistas, e passa a ser também o lema de quem trabalha para viver, mas que se comporta com a arrogância concorrencial de seu oponente para sobreviver.

As reverberações políticas são graves “quando a impiedosa retórica da sobrevivência invade a vida cotidiana, ela intensifica e libera, simultaneamente, o terror do desastre” (LASCH, 1986, p. 53), sobretudo porque há uma “violên-

cia objetiva existente por trás desse potencial sobrevivente” (ADORNO, 2020, p. 48), revigorada pela pandemia e pela gestão da crise a partir de 2020. A existência de relações que repõe elementos do fascismo não se dá apenas por disposições subjetivas, de acordo com Adorno (cf. ADORNO, 1995, p. 43), pois a organização econômica continua nos obrigando a uma adaptação à brutalidade, uma vez que, “se as pessoas querem viver, nada lhes resta senão sujeitar-se à situação existente, se conformar; precisam abrir mão daquela subjetividade autônoma”. Seguindo ainda o argumento do crítico, a lógica da sobrevivência se desenrola na medida em que se abdica da “autonomia do eu” em nome da adaptação às formas sociais dominantes e se passa a exigir uma organização política adequada à realidade social e econômica. É justamente “a necessidade de uma tal adaptação, da identificação com o existente, com o dado, com o poder enquanto tal, que gera o potencial totalitário” (ADORNO, 1995, p. 43, grifos meus).

Passa-se, portanto, a exigir uma forma política imediatamente bárbara, seletiva e desagregadora, sem rodeios ou disfarces, que se projeta contra toda forma de gestão anterior que gerou a situação atual.

6. Um tiro final

Em nossa cena inicial, a insubmissão e a resistência presentes na *Colônia Penal*, de Kafka, dão lugar ao suplício voluntário envolto em uma aura de celebração. A imbricação entre trabalho e sacrifício não desemboca em revolta, mas em identificação compulsiva e festiva com os mecanismos de opressão e exploração. Se outrora constatou-se que o chicote do feitor de escravos fora substituído pelo manual de penalidades do supervisor, nas últimas décadas este é substituído pelo livro de autoajuda e pela cantilena do empreendedorismo, complementado por rituais de autoflagelação.

A hiperidentificação da força de trabalho com seu antagonista, o Capital, engendra um movimento contraditório e automático de destruição e autodestruição. Mas o processo brutal de reificação que naturaliza a autoaniquilação é, ao mesmo tempo, também uma revolta contra o sistema que gerou sofrimento e ressentimento, contra o qual se quer acelerar uma “solução final”.

“Votar no Bolsonaro foi um tiro final”, foi a sentença de um comerciante e morador de periferia do Grajaú, extremo sul de São Paulo, no dia seguinte das eleições de 2018 (CATINI; OLIVEIRA, 2018). Não obstante, é evidente que essa sentença final não se erige desde baixo, mas emana de uma soberania de “quem governa selecionando alvos” (ARANTES, 2021b, p. 38), numa

governança ampla, realizada por inúmeros agentes que disputam a gestão de populações por meio de mecanismos cada vez mais violentos de seleção, exploração, e também de eliminação de quem não pode ser rentável. No entanto, ao abraçar o bolsonarismo, a população pauperizada dissimula sua condição de massa tendencialmente eliminável, e simula uma posição de poder, numa performance protagonista.

No início do governo, em jantar com Olavo de Carvalho e outras figuras de extrema-direita, nos Estados Unidos, o então presidente Jair Bolsonaro se colocou a serviço da produção desse novo tempo, certamente ainda mais brutal e violento, mas que não nega a projeção de futuro como matéria da política, como fazem aqueles e aquelas que reduziram a política à gestão da barbárie, sem enfrentamento e confronto contra o que está dado. Ao contrário, afirma a destruição como caminho para a construção de um tempo distinto do presente:

O Brasil não é um terreno aberto onde nós pretendemos construir coisas para o nosso povo. Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já es-

tou muito feliz¹⁹.

Não há dúvidas de que vivemos um tempo de inflexão. E diante do achatamento do horizonte de expectativas e da perspectiva de um futuro que é mera projeção de um presente desesperador para a maioria, e que é ainda ameaçado por catástrofes inomináveis – ambientais, econômicas, bélicas etc. – ganham força as visões apocalípticas de mundo, que alimentam os pro-

jetos políticos de extrema-direita. O “sentimento de catástrofe” e o desejo de fim próprias a tais visões aparecem como uma reação fantasiosa ao nosso “tempo do fim”, pois projetam no horizonte imediato a inauguração de um novo tempo do mundo, reconciliado entre selecionados para sobreviver. A solução final aparece, assim, não exatamente como o fim do mundo, mas como um espetacular e brutal processo de seleção final.

Referências

- ADORNO, T. W. O que significa elaborar o passado. In: *Educação e emancipação*. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- ADORNO, T. W. *Aspectos do novo radicalismo de direita*. Tradução de Felipe Catalani. São Paulo: Editora UNESP, 2020.
- ARANTES, P. “Zonas de Espera”. In: ARANTES, P. *O novo tempo do mundo: e outros ensaios sobre a era de emergência*. São Paulo, Boitempo, 2014.
- ARANTES, P. E. *Depois de junho a paz será total [2014]*. Paulo Eduardo Arantes, São Paulo: s.n (original de 2014), 2021a. (Coleção Sentimento da Dialética. Coord. Pedro Fiori Arantes). Disponível em [<https://sentimentodadialetica.org/dialetica/catalog/book/93>]: acessado em [12/12/2021].
- ARANTES, P. E. *O mundo como alvo: uma genealogia da militarização contemporânea*. Paulo Eduardo Arantes, São Paulo: s.n. (original de 2019), 2021b. (Coleção Sentimento da Dialética. Coord. Pedro Fiori Arantes). Disponível em [<https://sentimentodadialetica.org/dialetica/catalog/book/110>]: acessado em [12/12/2021].
- ARENDT, H. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BANCO MUNDIAL. *O Combate à Pobreza no Brasil: Relatório sobre Pobreza, com ênfase nas políticas voltadas para a Redução da Pobreza*, vol. I. Departamento do Brasil – Setor de Redução da Pobreza e Manejo Econômico, Região da América Latina e do Caribe, Washington D.C., 2001.
- BATISTA, V. M. “A governamentalização da juventude: policizando o social”. In: *Revista Epos*, vol. 1, n. 1, Rio de Janeiro, jan. 2010.
- BENJAMIN, W., LÖWY, M. (Org., Comp.) *O capitalismo como religião*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BRUNS, B., LUQUE, J. *Great Teachers: How to Raise Teacher Quality and Student Learning in Latin America and the Caribbean. Overview booklet*. Washington D.C.: Banco Mundial, Licença: Creative Commons Attribution, 2014.
- CASEMIRO, P. “Funcionários de rede de franquias tatuam meta de novas lojas no interior de SP”. In: *G1 Vale do Paraíba e região*, 22/10/2020. Disponível em [<https://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/noticia/2020/10/22/funcionarios-de-rede-de-franquias-tatuam-meta-de-novas-lojas-no-interior-de-sp.ghtml>]: acessado [12/12/2021]
- CATINI, C. “Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação”. In: *Revista USP* 127, pp. 53-68, 2020.
- CATINI, C. “A educação bancária, ‘com um Itaú de vantagens’”. In: *Germinal: Marxismo e educação em debate*, 13 (1), pp. 90-118, 2021.
- CATINI, C., OLIVEIRA, R. “Depois do Fim”. In: *Passa Palavra*, 2018. Disponível em [<https://passapalavra.info/2018/11/123386/>]: acessado em [12/12/2021].
- CHAPOUTOT, J. *Libres d’obéir Le management, du nazisme à aujourd’hui*. Paris: Gallimard, 2020 (NRF Essais).

¹⁹Cf, Valor Econômico, 2019.

- DARDOT et al. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. Tradução de Márcia Pererira Cunha. São Paulo: Elefante, 2021.
- DARDOT, P., LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- EHRENBERG, A. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2010 (Coleção Management).
- ETCHEGOYEN, S. W., FREITAS, R. F. S. “Infraestrutura e Autoregulação”. In: *Folha de S. Paulo*, 9/4/2019.
- ENGUITA, M. F. *A Face Oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Tradução de Thomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- FRANCO, M. *UPP – A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado em Administração, Niterói, RJ, Universidade Federal Fluminense, 2014. Disponível em [https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2166/1/Marielle%20Franco.pdf]: acessado em [12/12/2021].
- FRAGA E. “‘Juventude vive crise voraz com inserção precária no mercado de trabalho’, diz Ricardo Henriques”. In: *Folha de S. Paulo*, 31/10/2020. Disponível em [https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/juventude-vive-crise-voraz-com-insercao-precaria-no-mercado-de-trabalho-diz-ricardo-henriques.shtml]: acessado em [12/12/2021].
- HARTOG, F. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021 (Coleção História e Historiografia).
- GOUGH I. *Capital Global, necessidades básicas e políticas sociais*. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2003.
- ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. *Educação profissional e tecnológica emancipatória: juventudes e trabalho*. São Paulo: Fundação Itaú para a Educação e Cultura, 2020.
- KURZ, R. *Não-rentáveis do Mundo, Uni-vos!* Tradução de Nikola Grabski, 02/05/2003. Disponível em [http://www.obeco-online.org/rkurz134.htm]: acessado em [12/12/2021].
- LASCH, C. *O Mínimo Eu: Sobrevivência psíquica em tempos difíceis*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAVINAS, L. “Trocando poréns com um petista que já me representou”. In: *Revista Rosa*, S.Paulo, vol. 3, n. 1, 26/2/2021. Disponível em [https://revistarosa.com/3/trocando-porens-com-um-petista-que-ja-me-representou]: acessado em [12/12/2021].
- LEVI, p. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- LUXEMBURGO, R. “No Albergue”. In: SCHÜTRUMPF, J. (Org.) *Rosa Luxemburg ou o preço da liberdade*. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburg, 2006.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital*, 2ªed. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.
- McNAMARA, R. *Discurso ante la Junta de Gobernadores*. Washington DC: 25-29 de septiembre, 1972. p. 31.
- MOTTA, L. *Fazer Estado, produzir ordem: gestão do conflito urbano em projetos sociais para a juventude vulnerável*. São Carlos: EdUscar, 2021.
- OLIVEIRA, A. S. de. “O evangelho marginal dos racionais Mc’s”. In: *Sobrevivendo no Inferno: Racionais MC’s*, prefácio. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- OLIVEIRA, F. de. “Passagem na neblina”. In: OLIVEIRA, F. de., D., STÉDILE, J. P., GENOINO, J. *Classes Sociais em mudança e a luta pelo socialismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000 (Coleção Socialismo em discussão).
- PEREIRA, J. M. M. “Assaltando a pobreza: política e doutrina econômica na história do Banco Mundial (1944-2014)”. In: *Revista de história*. (São Paulo), n. 174, pp. 235-265, jan.-jun., 2016.
- PEREIRA, J. M. M. “O Banco Mundial e a construção político-intelectual do ‘combate à pobreza’”. In: *Topoi (Online): Revista de história*, vol. 11, pp. 260-282, 2010.
- PINHEIRO, M. “Brasil encara a batalha para prosperar no ensino médio”. In: *El País*. São Paulo, 23/2/2018. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/22/politica/1519256346754753.html]: acessado em 12/12/2021.
- POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Produtividade PROERD 2018*, 2018. Disponível em [http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/index.php/dados-proerd/]: acessado em [29/07/2021].
- SAFATLE, V. “A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e neoliberalismo voo economia moral”. In: SAFATLE, V., SILVA JUNIOR, N., DUNKER, C. (Orgs.) *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Compromisso todos pela educação: bases éticas, jurídicas, pedagógicas, gerenciais, político-sociais e culturais*. São Paulo: Todos Pela Educação, 2006.
- WACQUANT, L. *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- WOODCOOK, J. “O panóptico algorítmico da Deliveroo”. In: ANTUNES, R. (Org.) *Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo, 2020 (Mundo do Trabalho).
- VALOR ECONÔMICO. Nós temos é que desconstruir muita coisa, diz Bolsonaro durante jantar, *Valor Econômico*, 17/03/2019. Disponível em [https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.ghtml]: acessado em [12/12/2021].

VIANA, S. *Rituais de sofrimento*. São Paulo: Boitempo, 2012.

ZIBECHI, R. *Progre-Sismo: la domesticación de los conflictos sociales*. Santiago de Chile: Editorial Quimantú, 2010.

Recibido: 03/11/2021

Aprobado: 13/12/2021

Publicado: 31/12/2021